

OS DESAFIOS DO NOVO RURAL E AS PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

José Ribeiro da SILVA (1); Paulo de JESUS (2).

- (1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – Campus Satuba; e-mail: jorinetos@gmail.com
(2) Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; e-mail: paulodej@terra.com.br

RESUMO

Esse estudo teve por objetivo compreender as perspectivas da Agricultura Familiar na atualidade, perante os novos fenômenos que afetaram o espaço rural brasileiro com o deflagrar da globalização a partir da década de 90. Trata-se de uma pesquisa teórica, onde se procurou explicação dentro do processo histórico, identificando as novas demandas da agricultura familiar na atualidade, refletindo igualmente em torno de como esses fenômenos exigem uma nova postura dos protagonistas no processo de desenvolvimento rural sustentável. Foi identificado que o processo de modernização da agricultura iniciado a partir da década de 50, parece não ter sido suficiente para resolver os principais problemas da agricultura, uma vez que, por um lado aumentou a produção agrícola gerando divisas econômicas, por outro, deixou à margem milhares de agricultores que por vários aspectos, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção. Também o mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do campo, foi responsável pelo surgimento de uma outra dinâmica no campo que vem apontando caminhos que podem ser considerados como a solução para uma permanência digna de homens e mulheres nesse espaço. Concluiu-se que as novas ruralidades, a nova forma de produzir com sustentabilidade e as novas demandas que valorizam não só os produtos em si, mais sim toda uma simbologia cultural e territorial agregadas a estes apresentam-se como potencialidades e alternativas para a garantia de uma vida digna no campo.

Palavras-chave: Novas ruralidades, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável

1 INTRODUÇÃO

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

Dentro desse cenário, a agricultura familiar destaca-se como uma forma de vida de milhares de homens e mulheres que resiste ao longo do tempo, ao processo excludente das políticas governamentais, e que buscam, dentro do mundo capitalista, manter seu espaço em um ambiente cada vez mais competitivo, concorrendo em nível desigual com os empreendimentos que atuam na lógica do agronegócio.

De acordo com Incra/FAO (2000) os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano.

O processo de formação do campesinato dentro de um contexto histórico de formação do Brasil rural, junto ao processo de modernização da agricultura a partir da década de 1950, e mais recentemente o processos de globalização deflagrado nos anos 1990, tem trazido ao cenário atual mudanças nos padrões de funcionamento das unidades produtivas de base familiar, assim como a relação dessas unidades com a economia e com a sociedade. Essas mudanças apresentam-se para uma parte dos agricultores como forma de resistência ao processo de modernização e ao agronegócio, e para outros como uma forma de adaptação ao processo de globalização. Em ambos os casos, o processo proporciona aos agricultores uma permanência, ainda que precária, no campo.

Nesse sentido, busca-se aqui compreender, ainda que sinteticamente, a relevância da agricultura familiar na contemporaneidade, identificando, à luz dos estudos atuais, quais as saídas apontadas para a agricultura familiar brasileira e quais os principais desafios para este segmento dentro do processo de globalização e das novas dinâmicas econômicas em que estão inseridos.

2. ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS

2.1 Agricultura Familiar: aproximações de um conceito

A estrutura rural, como já se disse, é extremamente complexa, devido a diversidade que, em geral caracterizam as atividades desenvolvidas. Essa complexidade, de acordo com Garcia Filho (2000), está embasada na complexidade dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas e no modo de utilização do espaço que essas sociedades adotam representando um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os obstáculos. Segundo o mesmo autor, “na agricultura, isso resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições sócio-econômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas” (GARCIA FILHO, 2000, p.09). Percebe-se também que dentro dessa lógica, a complexidade permanece mesmo quando se analisa uma comunidade, uma unidade produtiva e até mesmo uma atividade dentro de uma unidade, como afirma o referido autor.

Dentro desse contexto, torna-se difícil distinguir e definir agricultura familiar. O conceito do Dossiê Estatístico elaborado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), define a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Percebe-se, nesta abordagem, que se toma como base a relação entre terra, trabalho e família e que é justamente a relação entre estes três fatores que diferenciam a agricultura familiar das outras formas de agricultura.

Para alguns estudiosos, o termo agricultura familiar, reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social. Nesse sentido, Lima e Figueiredo argumentam que adotar a expressão de agricultor familiar e não de camponês “pode ter sido uma estratégia, em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação” (LIMA e FIGUEIREDO, 2006, p.59).

Afirmando a existência de divergências no que se refere aos princípios definidores da agricultura familiar, Carneiro (1999) apresenta de uma forma sintética o que a partir de suas análises pode ser considerada por agricultura familiar e acrescenta que parece haver um consenso quando afirma que “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. (CARNEIRO, 1999, p.329).

A autora afirma ainda que “a trajetória, ainda curta em termos temporais, do conceito de agricultura familiar, é extensa em termos bibliográficos expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estatuto teórico dessa ‘nova’ categoria de análise (CARNEIRO, 1999, p. 329). Já para Lima e Figueiredo (2006), “[...] a agricultura familiar, considerando em seu todo, é fruto de um longo processo de conquista”.

2.2 O processo histórico e os determinantes da situação na atualidade

A situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. A respeito disso Lamarche, considerando um quadro mais amplo, disserta que “Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p.184).

De acordo com Grossi e Silva (2002), essas transformações começam a ser destacadas na década de 1950, a partir da instalação, no Brasil, de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), o Governo montou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas tecnologias. Surge a partir daí a “revolução verde” modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se efetivar nos anos 60.

Grossi e Silva (2002) ainda afirmam que a partir dos anos 80 do século passado, o apoio do governo às estatais começa a ser sufocado pelas medidas de combate a inflação, apesar de não comprometer

o desenvolvimento tecnológico. Na década de 1990 surgem os primeiros resultados do apoio às pesquisas iniciadas na década de 1970, acrescentando novas tecnologias no processo tendo como características o fortalecimento das pesquisas em biotecnologia.

Este modelo, parece não ter sido suficiente para resolver os principais problemas da agricultura, se por um lado a modernização aumentou a produção agrícola gerando divisas econômicas a partir da exportação, por outro, deixou a margem milhares de agricultores que por vários aspectos, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção.

De acordo com Lamarche (1997) parte dos pequenos produtores “é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social”. Por outro lado, segundo o autor, os produtores familiares que se modernizam “devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural” (LAMARCHE, 1997, p.184).

Grossi e Silva (2002) reforçam a idéia de que dentre os aspectos negativos desse processo vivenciado nas últimas décadas, destaca-se o êxodo rural ocorrido no Brasil nesse período. Nas lavouras, por exemplo, as atividades que antes eram executadas por “turmas” passaram a ser realizadas por poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tinham outra opção a não ser a cidade. Outro reflexo é observado na organização do trabalho familiar, o que era atividade de toda a família hoje pode ser executado por apenas uma pessoa.

Complementando a idéia das conseqüências da modernização da agricultura e acrescentando outros elementos ao debate Hugues Lamarche destaca que “a agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura” (LAMARCHE, 1997, p.179).

O processo de modernização, também foi responsável pela inviabilidade da produção, pela baixa competitividade e pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, obrigando muitos desses produtores a venderem suas terras para aventurarem-se nos pequenos, médios e grandes centros urbanos ou sendo obrigados a viver em condições de miséria rural abandonados pelos programas excludentes de incentivo a modernização da agricultura.

Nesse contexto, parece ser possível afirmar que a agricultura familiar no Brasil surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” a partir da década de 1950.

Diante do exposto, Peixoto (1998) reforça que a agricultura familiar sobrevive ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção, em grande parte, para o consumo familiar. Além disso, também desempenha as funções de produtora de alimentos e de reservatório de mão-de-obra para os latifúndios. As limitações tecnológicas que, caracterizam os produtores familiares, levaram à formulação do conceito de produção para o autoconsumo, em que, praticamente, não se observa a geração de excedentes.

De acordo com Kwitko (2005), ainda que a maioria dos agricultores vivam em condições de pobreza, continuam responsáveis por expressiva parcela da produção de alimentos e matérias-primas, sobretudo em regiões como o Nordeste. A eles se somam os trabalhadores sem-terra, inúmeras famílias que perderam suas terras ou seus empregos em atividades agrícolas e lutam para retornar a elas.

Para Carneiro (1999), a visão da agricultura familiar como “atrasada” mais com “potencialidade” tem colaborado com a priorização dos agricultores considerados “viáveis”, e que “partindo da premissa de uma maior eficiência produtiva dessa forma de produção que não desenvolveu toda a sua potencialidade, orienta-se as propostas políticas ao segmento que apresenta melhores condições (materiais e subjetivas) de superar esse atraso” (CARNEIRO, 1999, p.331). A autora também argumenta que esta abordagem pressupõe a integração dessas unidades de produção limitada apenas à economia de mercado, tendo como consequência duas implicações. Primeiro, exclui da participação na economia e na sociedade todo uma parcela de agricultores considerados “sem potencialidades para o progresso”. Segundo, associa a competitividade dos viáveis à natureza intrínseca da agricultura familiar na medida em que esta forma de produção não incorporaria nem a renda da terra nem os lucros da produção (CARNEIRO, 1999, p.332).

Segundo Mussoi (2006, p. 101), a agricultura familiar, pelas suas características “(como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”.

Mesmo diante dos desafios atuais, a agricultura familiar é forte e contribui significativamente para o desenvolvimento do país. De acordo com Lima e Figueiredo (2006), “Mesmo que não seja este o desenvolvimento que se almeje e nem a agricultura que se busca, de base ecológica. Mais no conjunto e no processo contraditório e dialético que se estabelece em uma sociedade de classe, a agricultura familiar tem um papel e tem importância”.

Fortalecendo essa idéia, publicação do INCRA/FAO (2000) apresentam dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola, praticamente, sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Tomando como base também os dados de Toscano (2003), cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos são produzidos pela agricultura familiar.

Esse potencial é ilustrado por Brandão (2007), quando afirma que somos alimentados por produtos que ainda provém bem mais da multivariância da agricultura familiar típica do campesinato tradicional e da expansão de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como a agricultura orgânica, a permacultura, a agrossilvicultura e outros mais (BRANDÃO, 2007, p.41-42).

No Brasil, as políticas voltadas para a agricultura priorizaram os grandes empreendimentos rurais. Carneiro e Maluf (2005) considerando como padrões de medidas de sucesso a quantidade produzida, desprezando os efeitos negativos do modelo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa alternativo sustentado na produção familiar ficou centrado na relação dos agricultores com a produção mercantil, privilegiando-se os considerados “viáveis” economicamente, ou seja, com capacidade de competitividade no mercado.

2.3 O contexto atual e as perspectivas para agricultura familiar no Brasil

Parece, pois, ser inquestionável a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Seu potencial na atualidade vai além da produção de alimentos. Discute-se hoje o seu papel na *oportunização* de ocupação e renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, devem ser ressaltados os recentes fenômenos que vêm acontecendo no meio rural brasileiro. “Novos espaços surgiram, permitindo que houvesse inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002, p.347).

Ainda nessa perspectiva, “[...] fortalecer a agricultura familiar como expressão social, econômica e política, significa discutir o modelo de desenvolvimento do mundo rural, com todos os seus impactos sobre a área urbana” (FLORES, 2002, p.347).

Cabe ressaltar que o mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do campo por famílias de agricultores, também foi responsável pelo surgimento de uma outra dinâmica no campo que vem apontando caminhos que podem ser considerados como a solução para uma permanência digna de homens e mulheres nesses espaços.

Nesse sentido, Schneider (2005) afirma que desde a primeira metade dos anos 90, está surgindo uma legitimação e proeminência da agricultura familiar, que busca nos espaços políticos firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Flores (2002), o surgimento de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias antigas, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais, tem possibilitado a conquista de novos espaços. Este autor cita como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, oficializado em 1996 e o fortalecimento das ações de reforma agrária, acontecimentos que marcaram a conquista de espaços para a agricultura familiar (FLORES, 2002, p.22).

O mesmo autor reforça que “[...] progressos foram feitos na política de crédito rural e de investimentos em infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, apesar de não terem sido suficientes para determinar um novo modelo de desenvolvimento rural não excludente” (FLORES, 2002, p.22).

Um fenômeno que emerge, justamente nesse período, dando um suporte a sustentabilidade das atividades dentro dos espaços rurais são as atividades não agrícolas. Nessa perspectiva, Grossi e Silva (2002) acrescentam que o despertar de atividades antes consideradas como *hobbies* que começaram a assumir

importância econômica no cenário da agricultura familiar. Os autores também denominam este fenômeno de “*Novo Rural*” que no Brasil também é conhecido por novo rural brasileiro.

Dentro dessa lógica, o espaço rural brasileiro não pode mais ser reduzido a sua dimensão agrícola ou agrária. As tradicionais atividades produtivas não conseguem justificar a dinâmica do emprego rural do país. De acordo com Silva (1996), é necessário que sejam envolvidas as atividades rurais não-agrícolas decorrentes das novas demandas da urbanização do meio rural. Assim, são recorrentes as atividades relacionadas ao turismo, lazer, criação de animais e plantas exóticas e outros serviços rurais.

Apesar de receber a denominação de “novas” de acordo com Grossi e Silva (2002) essas atividades são seculares, mais não tinham, até pouco tempo, importância econômica. “Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos”.

Segundo os mesmos autores, essa valorização não se limitou apenas às atividades agrícolas, passou a incluir também as atividades não agrícola derivadas do processo de urbanização do meio rural como a prestação de serviços de moradia, turismo, lazer; e com as atividades decorrentes da preservação ambiental (GROSSI e SILVA, 2002, p. 06). Além disso os autores acrescentam que o meio rural brasileiro não é mais o mesmo, tornou-se em grande parte, “num lugar de residência dissociado do local de trabalho, ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e locais de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem, muito menos, ocupadas em atividades agrícolas” (GROSSI e SILVA, 2002, p.13).

Junto ao avanço tecnológico e a modernização da agricultura surge também a preocupação com o equilíbrio ecológico. Esse processo de produção capitalista tem colaborado com a degradação de ecossistemas, com a extinção de plantas e animais e mais recentemente os novos estudos sobre clima que explicam as catástrofes ecológicas que tem ocorrido em todo o mundo.

Refletindo sobre a importância da agricultura familiar, Mussoi (2006), diz que esse tipo de agricultura “é incompatível com a o modelo de desenvolvimento econômico atual” e acrescenta que “O futuro deste tipo de agricultura, passa por uma revisão profunda paradigma do desenvolvimento que, sem dúvidas, indica para as dimensões da agroecologia e da sustentabilidade como fatores fundamentais de viabilização de um novo modelo agrário e de sociedade, ambientalmente são e com justiça social”.

A necessidade de uma outra lógica na produção e a revitalização dos espaços rurais no âmbito da sustentabilidade e da solidariedade a agroecologia é apontada como a principal alternativa. De acordo com Caporal e Costabeber (2007), nos últimos anos a agroecologia têm sido referência principalmente como expressão sócio-política.

Percebe-se também que a concepção de agroecologia vai além de uma abordagem econômica, seu campo é muito mais amplo, pois envolve uma racionalidade em torno de todos os fenômenos que afetam o meio rural como um todo. Pois a transição agroecológica depende da intervenção humana, o que implica não somente na busca de uma maior racionalização econômica-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores em relação ao manejo e a conservação dos recursos naturais (CAPORAL E COSTABEBER, 2007, p.12).

Nesta perspectivas novas oportunidades de mercado surgem como potencial a ser explorado pela agricultura familiar, de acordo com Flores (2002), “Os produtos tradicionais provenientes da agricultura familiar têm condições de ocupar maiores espaços no mercado local, nacional e internacional, beneficiando-se de valores que sejam agregados aos produtos, [...]” (FLORES, 2002, p.352).

De acordo com este mesmo autor, esse produtos são: produtos para alimentação humana com maior menor carga de riscos à saúde; produtos cujo processo de produção reduz danos ao meio ambiente; produtos para alimentação animal com maior menor carga de riscos a saúde; produtos naturais para indústria têxtil, fitoterápicos, corantes etc.; e produtos com valor cultural agregado.

3 CONCLUSÃO

Apesar da existência de uma série de estudos em torno da agricultura familiar no Brasil, e por mais relevantes que eles possam parecer, parece que ainda não dão conta suficientemente da complexidade que envolve o meio rural. Por outro lado, o dinamismo que envolve o próprio espaço, inspira novos estudos o que garante várias possibilidades de análise ao longo de seu processo histórico.

Estes estudos, direcionam para um olhar aparentemente viável da agricultura familiar no Brasil, sem deixar de considerar os enormes desafios por ela enfrentados. As novas ruralidades, a nova forma de produzir com sustentabilidade e as novas demandas que valorizam não só os produtos em si, mais sim toda uma simbologia cultural e territorial agregadas a estes apresenta-se como potencialidades e alternativas para

a garantia de uma vida digna no campo. Além disso, frente ao problema de pesquisa que orientou ao elaboração do presente texto, cremos poder-se afirmar, à luz dos autores e autoras aqui evocados que a agricultura familiar no Brasil apresenta um quadro que testemunha sua relevância, seja no tocante à produção para o autoconsumo, a produção de excedentes que abastecem mercados locais e regionais, seja ainda como ente político que representa resistência e exigência frente aos processos de definição e implementação de políticas públicas.

No entanto, os estudos não parecem suficientes para identificar como essas alternativas/saídas são concebidas pelos agricultores, quais as reações dos mesmos diante dessa nova dinâmica, e até que ponto os mesmos são passivos dentro desse processo, uma das motivações do presente texto, o que nos autoriza a indicar a necessidade e urgência do desenvolvimento de pesquisas que contemplem a escuta de agricultores e agricultoras de base familiar.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, Vol. I, Nº1. 2007, p. 37-64.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007, 24p.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Cadernos do CEAM. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq./Paralelo. 2002. p.347-360.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 199?. 65p.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, 2002, 53 p.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

KWITKO, Evanda Evani Buret; DIAZ, William. **Manual do Assessor de microcrédito rural**. Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica–GTZ, 2005.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

MUSSOI, Eros Morion. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.).

Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. p.99-106.

PEIXOTO, Sérgio Elísio: **Histórico da agricultura familiar no Brasil**, Revista Bahia Agrícola, v.2. 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro.** Cadernos do CEAM, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate”. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio.** Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm> - Acesso em 30 de maio de 2007.